

Sumário

Capítulo 1

CONSTITUIÇÃO E CONSTITUCIONALISMOS	17
1.1. Sobre os ciclos constitucionais (constitucionalismos).....	19
1.2. Sobre a constitucionalização do direito, constitucionalização-inclusão (inserção) e constitucionalização-releitura	29
1.3. Sobre as concepções da Constituição	34

Capítulo 2

ELEMENTOS E CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	49
2.1. Sobre os elementos que formam uma constituição, preâmbulo e ADCT.....	49
2.2. Sobre as classificações das constituições	59

Capítulo 3

PODER CONSTITUINTE	83
3.1. Sobre o Poder Constituinte Originário (PCO) e as suas características	85
3.2. Sobre dinâmica constitucional no tempo: efeitos de uma nova constituição sobre a ordem jurídica anterior	89
3.3. Sobre o Poder Constituinte Derivado e as suas características	105
3.4. Sobre as espécies de Poder Constituinte Derivado.....	108
3.5. Sobre as normas de observância obrigatória, de observância proibida e de observância facultativa (normas de imitação).....	120
3.6. Sobre Poder Constituinte Derivado decorrente e a auto-organização dos municípios e do Distrito Federal.....	123
3.7. Sobre o Poder Constituinte Derivado de Reforma, suas limitações jurídicas e Emendas à Constituição	127

 **Capítulo 4**

TEORIA GERAL DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	141
4.1. Sobre as características das normas constitucionais	143
4.2. Sobre a vigência e a retroatividade das normas constitucionais	146
4.3. Sobre a eficácia das normas constitucionais e a sua classificação...	154

 **Capítulo 5**

TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	163
5.1. Sobre a Teoria da Inconstitucionalidade	163
5.2. Sobre a inconstitucionalidade por ação, por omissão e as suas classificações	170
5.3. Sobre o Princípio da Nulidade da Norma Inconstitucional	179
5.4. Sobre os pressupostos para a existência do controle de constitucionalidade	185
5.5. O que é cláusula de <i>full bench</i> ?	189
5.6. Como é aplicada na prática a cláusula de reserva de plenário no Tribunal?	195
5.7. Sobre os tipos e os sistemas de Controle de Constitucionalidade ..	207
5.8. Classificações do sistema judicial.....	219

 **Capítulo 6**

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE	221
6.1. Sobre o histórico e o funcionamento do controle difuso.....	221
6.2. Sobre os aspectos processuais do controle difuso: legitimação e os efeitos das decisões	226
6.3. Sobre o controle preventivo de constitucionalidade realizado pelo Poder Judiciário (MS 32033)	233

 **Capítulo 7**

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE	241
7.1. Sobre o conceito do controle concentrado, seus aspectos processuais e as ações previstas para a sua realização	241
7.2. Sobre a legitimação para as ações de controle concentrado junto ao STF	249
7.3. Ainda sobre a legitimação para as ações de controle concentrado: legitimação universal, legitimação especial e capacidade postulatória	256
7.4. Sobre as ações de controle concentrado e as suas principais distinções	264

7.5.	Sobre as características que uma norma deve conter para ser objeto de ADI	280
7.6.	Sobre os efeitos das decisões em sede de ADI e ADC.....	296
7.7.	Sobre omissões inconstitucionais, Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão (ADO) e Mandado de Injunção (MI).....	308
7.8.	Sobre os efeitos das decisões na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) e no Mandado de Injunção (MI)	317
7.9.	Sobre o Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) e a ADPF (ADPF 347).....	332

Capítulo 8

DIÁLOGOS COMPLEMENTARES SOBRE O CONTROLE CONCENTRADO	337	
8.1.	Controle judicial de constitucionalidade forte, controle judicial de constitucionalidade fraco, presunção de inconstitucionalidade e cláusula <i>notwithstanding</i> . Que danado é isso?	337
8.2.	Um bate-papo direto sobre Medida Provisória e ADI	342
8.3.	Sobre a causa de pedir aberta, o pedido fechado e a inconstitucionalidade por reverberação normativa.....	347
8.4.	Sobre a indisponibilidade e a irrecorribilidade no controle concentrado.....	357
8.5.	Sobre a intervenção de terceiros no controle concentrado e sobre o “amigo da corte”.....	361
8.6.	Sobre a possibilidade de revisão das decisões tomadas em sede de controle concentrado, um pouquinho de mais profundidade sobre a inconstitucionalidade superveniente. Sim! Vamos conversar também sobre a reclamação constitucional.....	375
8.7.	Uma pergunta: é possível o ingresso de nova ADI contra a mesma norma alegando-se a inconstitucionalidade material se uma ADI anterior já foi julgada improcedente e reconhecida a constitucionalidade formal do mesmo ato normativo? (ADI 5081/DF e ADI 2182)	383
8.8.	Sobre os tratados internacionais e o controle de constitucionalidade.....	388

Capítulo 9

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NO ÂMBITO ESTADUAL/DISTRITAL	395	
9.1.	Sobre a criação do controle concentrado estadual. Existe controle concentrado municipal? E o Distrito Federal, como que fica?.....	395

9.2.	Sobre os aspectos processuais do controle concentrado estadual: legitimidade, competência, parâmetro, objeto e outras coisinhas mais	399
9.3.	Tudo o que você precisa saber sobre a simultaneidade de ADIs (<i>simultaneus processus</i>)	409
9.4.	Sobre o controle concentrado estadual e o recurso extraordinário ...	422
9.5.	Ainda sobre o <i>simultaneus processus</i> e a rebeldia do Tribunal de Justiça – olha a confusão! (ADI 3659).....	428

Capítulo 10

TEORIA GERAL DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ..		435
10.1.	Sobre como surgem os Direitos Fundamentais (gerações de direitos)	435
10.2.	Sobre o que são direitos e garantias fundamentais e porque são fundamentais	440
10.3.	Sobre Direitos Fundamentais e Tratados Internacionais	448
10.4.	O que é a dignidade da pessoa humana?	461
10.5.	Sobre quem pode titularizar Direitos e Garantias Fundamentais e as eficácias vertical, horizontal e diagonal desses direitos	468
10.6.	Sobre Direitos Fundamentais e <i>Big Brother</i> . É possível renunciar a um direito fundamental?.....	478
10.7.	É possível restringir Direitos Fundamentais?	482
10.8.	Quais os tipos de restrições que podem incidir sobre um direito fundamental?.....	488
10.9.	Já ouviu falar em teoria do limite dos limites? Será que toda restrição a direitos fundamentais é constitucional?	493
10.10.	Que danado é esse tal de princípio da razoabilidade?	497

Capítulo 11

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....		509
11.1.	Sobre o direito à propriedade	513
11.1.1.	Sobre a desapropriação e a requisição administrativa.....	514
11.1.2.	Uma conversa sobre propriedade e coisinhas “leves”, como confisco, plantio de drogas e trabalho escravo	525
11.2.	Liberdade de expressão.....	532
11.2.1.	Sobre o direito à resposta	532
11.2.2.	Breve reflexão sobre liberdade de expressão, <i>hate speech</i> e <i>fighting words</i>	542

11.2.3.	Sobre liberdade de expressão, direito ao esquecimento, direito à memória e entendimento do STF sobre o assunto (RE 1010606)	544
11.2.4.	Sobre a questão das biografias não autorizadas (ADI 4815)	552
11.3.	Vida privada, intimidade e segredo	556
11.3.1.	Sobre teoria dos círculos concêntricos: distinções entre privacidade, intimidade e a proteção jurídica a tais direitos	557
11.3.2.	Perguntas e respostas sobre a inviolabilidade de dados e obtenção de informações pelas autoridades	565
11.3.3.	Sobre sigilo das comunicações telefônicas	572
11.4.	Inviolabilidade domiciliar	583
11.4.1.	Sobre o que é domicílio, o conceito de inviolabilidade e suas exceções	583
11.4.2.	Sobre a violação de domicílio por ordem judicial durante o dia e permanência durante à noite	588
11.4.3.	Sobre a hipótese excepcional de ingresso em escritório de advocacia à noite por ordem judicial (INQ 2424/STF)....	591
11.4.4.	Sobre a invasão de domicílio por autoridade policial para a verificação de flagrante e as consequências do ingresso indevido (STF - RE 603616)	593
11.5.	Direito à reunião e à associação	598
11.5.1.	Sobre os elementos formadores do direito à reunião e o debate quanto à descriminalização da utilização de entorpecentes	598
11.5.2.	Sobre o prévio aviso (RE 806339/SE) e o que fazer se proibirem a sua reunião	604
11.5.3.	Sobre a liberdade de associação	611

Capítulo 12

NACIONALIDADE	619
12.1. Sobre os conceitos iniciais, tipos de nacionalidade e os conflitos (positivos e negativos)	619
12.2. Sobre os brasileiros natos (art. 12, I, CF)	625
12.3. Sobre os brasileiros naturalizados e a quase-naturalização (português equiparado)	634
12.4. Sobre as distinções entre brasileiros natos e naturalizados (art. 12, §2º, CF/88)	643
12.5. Sobre perda de nacionalidade e a polipatria	656
12.6. Cancelamento de naturalização por decisão administrativa, Pode isso? (STF – RMS 27840/DF)	663

 **Capítulo 13**

EXTRADIÇÃO	667
13.1. Sobre o conceito de extradição e quem pode ser extraditado.....	667
13.2. Sobre o procedimento para a efetivação da extradição	673
13.3. É possível ao indivíduo renunciar ao processo extradicional?.....	690
13.4. Sobre a questão da extradição de brasileiro nato (Cuidado com isso!)	692
13.5. Sobre a diferença entre extradição, deportação e expulsão	696

 **Capítulo 14**

DIREITOS POLÍTICOS	703
14.1. Sobre o que são os direitos políticos positivos e negativos.....	703
14.2. Sobre a capacidade eleitoral ativa.....	708
14.3. Sobre alguns direitos políticos positivos: plebiscito, referendo, iniciativa popular e voto	714
14.4. Sobre a obrigatoriedade do voto	721
14.5. Sobre a capacidade eleitoral passiva e as condições de elegibilidade..	725
14.6. Sobre os direitos políticos negativos, inelegibilidades e privação ..	740
14.7. Sobre o conceito de inelegibilidade e as inelegibilidades absolutas....	744
14.8. Sobre as inelegibilidades por motivos funcionais (art. 14, §§5º e 6º, CF).....	748
14.9. Sobre a inelegibilidade reflexa (art. 14, §7º).....	762
14.10. Entendendo a inelegibilidade reflexa com exemplo: uma conversinha sobre a vida dos outros e a questão da dissolução do vínculo conjugal.....	774
14.11. Sobre a inelegibilidade do militar (art. 14, §8º, CF)	776
14.12. Sobre a inelegibilidade sob reserva legal (art. 14, §9º, CF) e o princípio da anterioridade da lei eleitoral (art. 16, CF)	782
14.13. Sobre a privação dos direitos políticos (art. 15 da CF/88)	788

 **Capítulo 15**

OUTROS DIÁLOGOS SOBRE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	803
15.1. Sobre o prefeito "profissa" (RE 637485)	803
15.2. Sobre o princípio da fidelidade partidária, troca de partido político pelo candidato eleito e perda do mandato (STF-MS 26602 e ADI 5081).....	805

15.3. Sobre o meio ambiente, a farra do boi, a rinha de galo, uma orango-tango chamada Sandra, reconhecimento de deveres de proteção e a questão do sacrifício de animais para fins religiosos	815
--	-----

Capítulo 16

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	823
16.1. Sobre as formas de estado.....	823
16.2. Sobre a evolução do federalismo na República Federativa do Brasil e a sua composição	831
16.3. Sobre soberania, autonomia, características da federação e instrumentos de proteção.....	837
16.4. Sobre o remodelamento da área geográfica da República Federativa do Brasil.....	847
16.5. Sobre o procedimento para a criação, extinção e modificação dos estados-membros e territórios federais (art. 18, §§2º e 3º da CF/88)...	849
16.6. Sobre o procedimento para a criação, extinção e modificação dos municípios (art. 18, §4º da CF/88).....	862
16.7. Sobre as técnicas utilizadas pela CF/88 para repartir as competências entre os entes federados	871
16.8. Sobre os tipos de competência.....	882
16.9. Sobre as competências administrativas (material/não legislativa – arts. 21 e 23)	884
16.10. Sobre as competências legislativas (arts. 22 e 24).....	887
16.11. Sobre a competência dos municípios para tratar de assuntos de interesse local.....	900

Capítulo 17

OUTROS DIÁLOGOS SOBRE COMPETÊNCIAS	905
17.1. Sobre a vinculação do reajuste dos vencimentos dos servidores locais a índices federais (SV 42).....	905
17.2. Norma que proíbe cobrança em estacionamento particular, pode isso? (ADI 1623).....	907
17.3. É possível a criação de feriados por norma estadual ou municipal? (ADI 3069 e ADI 4820).....	909
17.4. Sobre normas locais que exigem o depósito prévio como condição de admissibilidade do recurso inominado no âmbito do juizado especial cível (ADI 4161)	911

17.5. Sobre a competência da união para manter as polícias civil, militar e corpo de bombeiros militar do Distrito Federal (SV 39 e RE 275.438).....	913
--	-----

Capítulo 18

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA VISÃO GERAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO NA CF/88	917
18.1. Sobre a teoria do fato consumado, a nomeação de servidor sem concurso público e as suas consequências (RE 405964 AGR).....	925
18.2. Sobre em quais situações o candidato aprovado em concurso público tem direito subjetivo à nomeação	932
18.3. Uma conversa sobre teto remuneratório e irredutibilidade de vencimentos	941
18.4. Uma conversa rápida sobre a competência para julgar demandas envolvendo agente público e o respectivo ente da administração (ADI 3395 e RE 960429).....	949
18.5. Sobre o exercício de mandato eletivo pelo servidor público (art. 38 da CF/88).....	952
18.6. Imperativo de consciência, concurso público e exercício de cargos/empregos públicos (RE 611874/DF)	957
18.7. Sobre o prazo prescricional para as ações de ressarcimento propostas pela Fazenda Pública (RE 669069 e RE 852475)	963

Capítulo 19

PODER EXECUTIVO	971
19.1. Noções gerais sobre a separação dos poderes	971
19.2. Sobre os modos como o poder executivo pode ser organizado	977
19.3. Sobre eleições presidenciais e posse do Presidente da República..	989
19.4. Sobre os afastamentos do Presidente da República, substituição, sucessão e novas eleições	1001
19.5. Sobre a estrutura básica do poder executivo (Presidente da República, vice-Presidente da República, ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional).....	1009
19.6. Sobre as atribuições do Presidente da República e delegação.....	1022
19.7. Sobre as prerrogativas do Presidente da República	1034
19.8. Sobre crimes eleitorais, políticos e de responsabilidade.....	1048
19.9. Sobre crime de responsabilidade praticado pelo Presidente da República: processo de julgamento (ADPF nº 378).....	1053

 **Capítulo 20**

OUTROS DIÁLOGOS REFERENTES AO PODER EXECUTIVO	1063
20.1. A OAB pode formular pedido de impeachment? Sobre o princípio da “livre denunciabilidade popular”	1063
20.2. Sobre o pagamento de subsídio vitalício a ex-ocupante de cargo eletivo (ADI 4552).....	1067
20.3. Sobre a análise das contas do Presidente da República.....	1069
20.4. Sobre o julgamento dos governadores por infração penal comum e por crime de responsabilidade.....	1074

 **Capítulo 21**

PODER LEGISLATIVO	1083
21.1. Sobre a estrutura do poder legislativo federal.....	1084
21.2. Sobre a questão da fixação do número de deputados federais em lei complementar e a impossibilidade de delegação (ADIS 4947, 4963, 4965, 5020, 5028 e 5130 e ADC 33).....	1091
21.3. Sobre as competências do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	1094
21.4. Sobre o funcionamento do poder legislativo: sessão legislativa, legislatura, reunião preparatória e outras coisinhas	1113
21.5. Um papo sobre convocação extraordinária	1127
21.6. Sobre as sessões (reuniões) do Congresso Nacional	1138
21.7. Sobre os quóruns	1147
21.8. Sobre as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e sua função fiscalizatória	1155

 **Capítulo 22**

SOBRE O PROCESSO LEGISLATIVO	1171
22.1. Sobre o conceito de processo legislativo e as suas espécies.....	1171
22.2. O que é uma emenda à constituição?	1174
22.3. Sobre a elaboração de emendas à Constituição Federal de 1988 ...	1176
22.4. Sobre leis ordinárias e complementares. Existe hierarquia entre lei ordinária e lei complementar?.....	1189
22.5. Sobre o processo legislativo ordinário	1193

 **Capítulo 23**

SOBRE AS PRERROGATIVAS PARLAMENTARES	1227
23.1. Sobre as imunidades materiais (inviolabilidades) dos deputados federais e dos senadores, Whatsapp e outras coisinhas mais.....	1231

23.2. Sobre as imunidades formais (processuais) dos deputados e senadores	1238
23.3. Sobre a aplicação de medidas cautelares contra deputados e senadores (ADI 5526)	1250
23.4. Ainda sobre as imunidades parlamentares: vamos aprofundar a matéria conversando sobre casos concretos?	1255
23.5. Sobre as prerrogativas dos deputados estaduais e vereadores (ADIs 5823, 5824, 5825, RE 456679 e RE 600063).....	1264

Capítulo 24

PODER JUDICIÁRIO	1269
24.1. Uma conversa sobre o princípio da inafastabilidade da jurisdição	1269
24.2. Sobre os modos de ingressar na magistratura	1288
24.3. Uma visão geral sobre as promoções dos magistrados	1291
24.4. Sobre os requisitos para a promoção dos magistrados	1296
24.5. Sobre as garantias institucionais do Poder Judiciário.....	1306
24.6. Sobre as garantias funcionais dos magistrados.....	1318
24.7. Sobre a estrutura do Poder Judiciário, Justiça especializada e Justiça comum	1334
24.8. Sobre as justiças especializadas e a Justiça comum.....	1336
24.9. Sobre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça ..	1357
24.10. Sobre o quinto e terço constitucional (art. 94 da CF/88).....	1367
24.11. Agora quem pergunta sou eu: quem ingressa no TJ ou no TRF pela regra do art. 94 (quinto constitucional) e é escolhido como ministro do STJ, irá ocupar no STJ vaga de magistrado ou de advogado? E no TST, como essa regra se aplica? (ADI 4078)	1379
24.12. Sobre as competências do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	1383
24.13. Sobre a estrutura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	1393
24.14. Quem pergunta sou eu: De quem é a competência para julgamento de ações envolvendo atos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)? (ADI 4412, RCL 33459 e PET 4770 AGR)	1401
24.15. Sobre as distinções entre a Justiça Militar da União (federal) e a Justiça Militar Estadual	1404
24.16. De quem é a competência para julgamento de demandas envolvendo agente público e o respectivo ente da administração?.....	1416
24.17. De quem é a competência para julgamento de demandas envolvendo estado estrangeiro e organismo internacional? E o que é recurso por salto de instância?	1417

24.18. Será que é necessário que o recorrente, em sede de recurso extraordinário com matéria cuja repercussão geral já foi reconhecida pelo STF, apresente em sua petição a preliminar formal de repercussão geral? (ARE nº 663.637/MG-AGR)	1419
---	------

Capítulo 25

FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	1433
25.1. Sobre as regras do foro por prerrogativa de função para deputados federais e senadores e a sua aplicação para as demais autoridades...	1437
25.2. Sobre o foro por prerrogativa de função dos prefeitos... Nem tudo o que parece é	1446
25.3. Sobre a vitaliciedade do magistrado e o foro por prerrogativa de função (RE 546609 e RE 549560).....	1448
25.4. Sobre foro por prerrogativa de função e desmembramento do processo (STF-INQ 3515/SP e Súmula 704/STF).....	1451
25.5. Sobre o foro por prerrogativa de função, a competência do tribunal do júri e as constituições estaduais (ADI 2553).....	1454

Capítulo 26

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1461
26.1. Sobre a estrutura do Ministério Público e o julgamento do conflito de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual (ACO 843).....	1461
26.2. Sobre a atividade investigatória de natureza penal do Ministério Público e a teoria dos poderes implícitos (RE 593.727/MG).....	1469
26.3. Sobre a organização da Defensoria Pública (arts. 134 e 135 da CF/88).....	1472
26.4. Sobre a autonomia da Defensoria Pública e a impossibilidade de intromissão indevida do chefe do Poder Executivo (ADIs 3956, 4056 e ADPF 307).....	1475
26.5. Quem pergunta sou eu: é possível à Defensoria Pública ajuizar ação coletiva em defesa de direito difuso, a qual beneficia também pessoas que não são hipossuficientes? (ADI 3943/RE 733433).....	1480
26.6. Sobre a estrutura da Advocacia Pública e a questão das procuradorias dos municípios (arts. 131 e 132 da CF/88)	1484
26.7. Sobre a organização da Advocacia Pública federal e o princípio da unicidade de representação judicial dos Estados e do Distrito Federal (ADIs 5262, 5215, 4449 e 5946).....	1488